

Lista H – Há Alternativa
Lista Candidata à Direção da Associação
Académica da Universidade do Minho



Proposta: Criar uma verdadeira Academia que defenda os interesses dos estudantes.

Índice

I. Há alternativa	2
II. Política educativa	3
III. Departamento de comunicação	10
IV. Departamento pedagógico	10
V. Departamento de Inclusão, Saúde e Bem-estar	12
VI. Associativismo	14
VII. Departamento desportivo	16
VIII. Departamento cultural	16

I. Há Alternativa

Numa altura em que os problemas dos estudantes se agravam de forma extrema, com a degeneração das condições materiais e o subfinanciamento crónico das Instituições de Ensino Superior (IES), muitos estudantes vêm-se forçados a abandonar os seus sonhos e o ensino superior por não conseguirem pagar a vasta multitude de encargos que lhes são colocados.

A Ação Social Escolar (ASE) revela-se insuficiente para colmatar os problemas que são sentidos, desde a falta de camas em residências públicas que obriga os estudantes a recorrerem a alojamento privado – onde se praticam rendas elevadíssimas – à insuficiência do valor e número das bolsas, assim como o atraso na atribuição das mesmas, também o reduzido número de cantinas com a refeição social e o aumento do preço da mesma.

Mantém-se a propina, e as restantes taxas e emolumentos que constituem uma efetiva barreira ao acesso e frequência das IES, impedindo de estudar quem não consegue pagar, com especial gravidade para os estudantes de ciclos mais elevados e internacionais. A democracia na academia está em causa, com a voz dos estudantes profundamente limitada nos órgãos de gestão da Universidade, condicionada pelo RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) que permite, na nossa casa, que estudantes sejam menos representados do que empresas externas e que estas tenham uma posição privilegiada.

Há necessidade de uma alternativa, alternativa esta que este projeto se propõe a materializar, na busca por uma academia dos estudantes para os estudantes. Uma Associação Académica que trabalhe incessantemente na concretização de um ensino superior público, gratuito, democrático e de qualidade, consagrado pela Constituição da República Portuguesa, cujo respeito pelas suas disposições, num quadro em que o 25 de Abril celebra 50 anos, deve ser mais garantido do que nunca.

Defendemos a materialização de uma direção da Associação Académica que prossiga acirradamente os interesses dos estudantes e que esteja disposta a lutar por eles, a sair do novelo da inércia e da inação, no momento em que os alunos mais clamam por mudança e mais necessitam de uma AAUMinho que seja a voz dos seus anseios e, principalmente, que não se acanhe nem arrede pé na defesa dos direitos que são nossos.

O papel da AAUMinho, como consagrado nos seus Estatutos, é o de defender e representar todos os estudantes, façamos jus ao estatuído e lutemos para acabar com os problemas que nos são vendidos como naturais, como perenes, mas que na realidade a força dos estudantes é mais do que capaz de quebrar.

Quebremos com o caminho traçado, e construamos, em unidade com os estudantes, Comissões de residentes e núcleos, a Académica que merecemos e que abril estabeleceu.

Há uma Alternativa. E está na nossa mão lutar por ela.

II. Política educativa

● RJIES e Regime Fundacional

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior foi implementado em 2007 e pavimentou um caminho sombrio para as IES, passando 15 anos sem qualquer tipo de revisão. No entanto, entrou recentemente em revisão pelo que, a lista H considera que a académica deve tomar uma posição de proatividade neste processo para reverter os efeitos nefastos da aplicação do regime e para abrir espaço a um novo projeto para as academias, um projeto focado nas responsabilidades constitucionais que a legislação atribui ao Ensino Superior.

Com efeito, O RJIES permitiu a transformação da Uminho numa universidade-fundação – artigo 129^a do supramencionado documento -, numa entidade pública de direito privada, cuja aplicação, alicerçada na promessa de maior autonomia das academias e maior facilidade de acesso ao crédito – desresponsabiliza o Estado da sua incumbência de financiar totalmente a universidade. Deste modo, o Estado supre apenas 50% das necessidades orçamentais da universidade, forçando a universidade a procurar outros meios de financiamento, essencialmente junto de entidades externas, que escassas vezes conseguem garantir às instituições o devido financiamento, agravando o já patente subfinanciamento das Instituições do Ensino Superior – caso este particularmente grave quanto ao caso da academia minhota.

Ao mesmo tempo, a promessa da fundação de conferir autonomia, corrói-se a si própria, já que a dependência de entidades externas realiza precisamente o contrário e condiciona a organização das instituições, a sua democraticidade e funcionamento, a produção científica e os planos de estudos aos interesses das múltiplas entidades privadas que substituem a representatividade e o papel dos estudantes na gestão da academia, cuja representação assegurado no conselho geral, órgão conselheiro e deliberativo da universidade, é, conforme artigo 81º 4/b), no mínimo 15%.

Desta forma, considerando o objetivo assumido de reivindicar um Ensino Superior público, gratuito, democrático e de qualidade, a lista H acredita na criação de uma alternativa:

- Defendendo o fim do regime fundacional, com responsabilização do Estado da sua missão de garantir o financiamento das IES;
- Defendendo o aumento da percentagem obrigatória de representantes dos estudantes nos órgãos de gestão da academia, para criar uma universidade mais democrática, onde os estudantes tenham mais força para defender os seus interesses;
- Comprometendo-se a levar estas reivindicações para a frente no decorrer do processo de revisão do RJIES, lutando em todas as frentes,

independentemente da posição da reitoria, para levar os interesses dos estudantes e as suas reivindicações avante.

- **Propina, taxas e emolumentos**

A constituição é explicitamente clara no Ensino Superior público, gratuito, democrático e de qualidade que se pretende almejar. Deste modo, é inconcebível que ainda, nos dias de hoje, as diversas barreiras que discriminam o acesso e frequência no Ensino Superior, com base nas condições socioeconómicas, se mantenham. Com efeito, a propina é um enorme entrave ao exercício do direito à educação e, acoplada aos custos financeiros que a multitude de taxas e emolumentos representam para a carteira dos estudantes e das suas famílias, obrigam a que muitos tenham de abandonar os seus sonhos e aspirações, que vejam um direito seu a ser negado dada a impossibilidade de pagar. A lista H acredita que a ação social direta não deve ser destinada a cobrir o custo das propinas, mas sim os restantes encargos decorrentes do usufruto do ensino, e, dada a sua clara insuficiência, o problema enorme para a fruição deste direito agrava-se ainda mais.

A educação, mais concretamente, nos seus graus mais elevados é uma condição essencial para a emancipação individual e coletiva, bem como para o progresso do país, e é deplorável vivermos hoje aquilo que é o resultado da sua elitização.

Efetivamente, a propina é introduzida apenas em 1991, com o seu ultrajante aumento em 1992, e parece que se gerou, entretanto, uma crença de que é impossível acabar com ela. A lista H discorda, e acredita que é possível e comprovado pela medida apresentada pelo antigo governo PS, que prometia a sua devolução após o fim da licenciatura, o que demonstra que há dinheiro e que manter o ES inacessível a quem menos tem é uma opção política.

Sendo possível, é um objetivo primário e imediato de qualquer associação, que, de facto, defenda os seus estudantes, a luta incessante contra os obstáculos colocados à frequência no ensino superior e a defesa de uma posição que rejeite qualquer imposição de barreiras socioeconómicas aos estudantes.

Há uma alternativa e, por isso, defendemos:

- O fim das propinas, taxas e emolumentos, para todos os ciclos de estudo, para estudantes nacionais e internacionais, afirmando a defesa do direito à educação e rejeitando qualquer barreira económica no acesso e frequência ao Ensino Superior.

- **Ação Social Escolar**

Se pretendemos consumir o artigo 74^a da CRP, e se pretendemos acabar com a discriminação socioeconómica no ensino superior, temos de advogar não só

pela efetivação da Ação Social Escolar, mas acima de tudo, pelo urgente reforço do seu financiamento para que se perspetive como o verdadeiro agente de progresso que tem de ser. Infelizmente, conforme referido anteriormente, estudar acarreta uma enormidade de custos, aos quais a ação social tem de dar resposta, sempre na prossecução, do objetivo que consideramos prioritário, de dar corpo a um Ensino Superior Público, gratuito, democrático e de qualidade.

A Ação Social Escolar tem impacto em diversas estruturas e instituições que asseguram o bem-estar dos estudantes e a garantia dos seus direitos. Deste modo, dividimos as nossas conceções quanto a este tópico em diferentes departamentos.

• Alojamento estudantil e Residências

Para cerca de 12 000 estudantes deslocados, existem umas míseras 1 399 camas nas residências da UM. A insuficiência agravada pelo não cumprimento do PNAES (Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior), pelos sucessivos atrasos na construção das residências na Fábrica da Confiança e da antiga Escola de Santa Luzia representam um entrave profundo à frequência no ensino superior para os estudantes, que se vêm obrigados a recorrer ao alojamento privado, num quadro no qual o preço médio de um quarto ronda os 350 euros, uma despesa enorme, que associada ao brutal deteriorar do poder de compra das famílias, impossibilitam a entrada e permanência de muitos estudantes no ensino superior.

Ademais, a AAUMinho veio anunciar uma parceria com as residências privadas *Andy*, com preços entre 450€ e 620€, que em nada resolvem os problemas do alojamento, e que prometendo 2% da renda dos estudantes para o núcleo (já subfinanciado) ataca a independência e autonomia dos núcleos (há um contrato que estabelece uma série de iniciativas conjuntas). Na verdade, a grande maioria dos estudantes não consegue comportar 450€ por um quarto, pelo que, o nosso projeto defende que apenas o alargamento da oferta do alojamento público é que consegue assegurar que nenhum estudante abandona os estudos por não ter onde ficar. Urge construir mais residências, urge cumprir o PNAES e urge que o projeto pare de ser sucessivamente adiado, ficando-se por meras promessas.

Como se não bastasse a insuficiência ao nível de camas, o problema do alojamento estudantil mostra-se ainda mais profundo, já que as residências existentes possuem debilidades estruturais imensas, falta de condições, falta de apoio aos estudantes, cenário particularmente gravoso no que toca a estudantes internacionais e a estudantes com necessidades especiais. Os estudantes residentes e as suas comissões, cujas ações e reivindicações apoiamos veementemente, documentam estes problemas no abaixo-assinado que difundiram e entregaram à reitoria, no passado dia 22 de novembro. Deste documento constavam as seguintes disposições:

- Falta de equipamentos e manutenção dos existentes (frigoríficos, micro-ondas, aquecedores, fechaduras, chuveiros, cilindros de água quente, colchões, caixilhos de janelas, etc.)
- Falta de espaços de cozinhas na maioria dos blocos e pisos (St. Tecla com uma cozinha para 507 residentes, Azurém sem cozinha para 420 residentes)
- Elevadores com necessidade constante de manutenção e que fecham durante a noite;
- Máquinas de lavar e secar roupa frequentemente inoperacionais;
- Falta de espaços impressão e reprografia operacionais;
- Falta de funcionários e quadros técnicos e operacionais (blocos com apenas 1 funcionário, serviços de atendimento constrangidos);

- Encerramento dos serviços de cozinha do Refeitório da Santa Tecla, bem como a redução do horário de almoço para metade (apenas das 13h00 às 14h00);
- Infiltrações de humidade acentuadas nos três blocos de Azurém;
- Graves problemas de climatização;
- Falta de apoio especializado a estudantes residentes com necessidades especiais;
- Falta de apoio especializado a estudantes internacionais (muitas vezes habitam permanentemente na residência, são forçados a sair dos quartos nos meses de verão).
- A falta efetiva de residências universitárias públicas na UMinho

Face ao estado de crónico subfinanciamento das IES, exigimos como pontos essenciais para a resolução destes problemas:

- Mais financiamento para as IES;
- Reforço da Ação Social Escolar;
- Reforço e cumprimento do PNAES;

● **Cantinas, bares e refeição social**

Face ao incessante aumento do custo de vida, com o evidente aumento do preço da alimentação, a refeição social e as opções de consumo dentro da academia, devem, a nosso entender, ser capazes de garantir aos estudantes o acesso a uma refeição completa, equilibrada e saudável, alternativa essencial ao sufoco financeiro que outras fontes representam. A refeição social disponibilizada pela cantina sofreu recentemente um aumento de 2,5€ para 2,8€, acompanhado da extinção dos packs de senhas e do paralelo aumento do preço dos produtos dos bares, o que significa um aumento para as despesas dos já vulneráveis estudantes. Ademais, os estudantes bolsheiros continuam sem isenção do pagamento da refeição, o que não se entende dada a proteção que o estatuto destes estudantes lhes deveria conferir.

A juntar ao referido, as próprias infraestruturas e o funcionamento dos serviços deixam muito a desejar, com filas enormes na cantina, que forçam muitos a estudantes a chegarem atrasados às aulas, com falta de variedade nas ementas, com acesso muito condicionado para alunos com mobilidade reduzida, com horários curtos e um fecho ao fim-de-semana que deixa desamparados os estudantes deslocados que necessitam da refeição social, com falta de micro-ondas e de espaços para os estudantes confeccionarem e comerem nas suas residências.

Além disto, a recente digitalização dos SASUM provocou uma enorme quantidade de problemas no acesso à refeição, dadas as debilidades do sistema. Isto é, requer internet para funcionar, sem mencionar que requer um *smartphone* e que esse mesmo tenha bateria, não permitindo a compra de senha no próprio dia e obrigando muitos estudantes a consumir refeições substancialmente mais caras, ou pouco nutritivas, porque não conseguem aceder à aplicação, ou pagar com dinheiro físico. Evidentemente que a

sustentabilidade é um dos objetivos que nos pautam, mas achamos terrível que este objetivo seja prosseguido à custa dos estudantes e que seja instrumentalizado para reduzir as suas garantias e o seu acesso à refeição social.

Consideramos que tem de haver uma alternativa, e por isso, propomos:

- Alteração do atual regime digital dos SASUM, para um regime misto, que permita o pagamento em numerário;
- A redução do preço da senha da cantina;
- Ementas mais variadas e com maior diversidade de refeições vegetarianas;
- A abertura das cantinas ao fim-de-semana;
- Melhorar a acessibilidade para pessoas com dificuldades motoras;
- O aumento do número de micro-ondas na academia,
- O aumento do número de cantinas e espaços com oferta da refeição social na academia.

• **Saúde mental**

As condições materiais precárias, o tempo livre e de descanso, fortemente atacado pela sobrecarga que o atual modelo pedagógico – influenciado pelo Processo de Bolonha – e toda uma inteira panóplia de determinantes endógenas e exógenas, contribuem para a deterioração evidente da saúde mental dos estudantes do Ensino Superior, naturalmente cansados, ansiosos e não raras vezes em *burnout*. Um estudo recente coordenado pela Universidade de Évora revelou que 75,6% dos estudantes do ensino superior tinham sintomas de ansiedade e 61,6% dos estudantes revelaram sintomas de depressão.

Ora, face a este problema crescentemente acentuado, a universidade do Minho possui apenas 2 psicólogos para os seus aproximadamente 20.000 estudantes, resultando em massivas filas de esperas que impossibilitam os estudantes de acederem a consultas de psicologia substancialmente mais baratas, quando comparadas com os preços elevados que se praticam nos consultórios e clínicas. A lista H considera isto como um problema estrutural, que tem de ser resolvido através da contratação de mais psicólogos e de um investimento na Ação Social, de modo a se resolver esta insuficiência que hipoteca as aspirações a um ensino de qualidade. É urgente e necessária a disponibilização de pelo menos um psicólogo para cada 500 alunos, com a redução do tempo de espera para 7 a 14 dias, num espaço próprio com a privacidade que a sensibilidade destes problemas requer.

Porque tem de haver uma alternativa, a lista H considera fulcral:

- A contratação urgente de mais psicólogos, garantindo pelo menos um psicólogo para cada 500 alunos, com a redução do tempo de espera para 7 a 14 dias, num espaço próprio com a privacidade que a sensibilidade destes problemas requer.
- Criação de programas de sensibilização sobre saúde mental, para incentivar os alunos a procurar ajuda e para combater os preconceitos que, infelizmente, ainda rodeiam toda esta questão;
- Reversão do Processo de Bolonha que, condensou bastante os conteúdos lecionados, aumentando a sobrecarga sobre os alunos - um fator diretamente relacionado com os sintomas de *burnout* e com a deterioração da sua saúde mental;
- Facilitar o acesso a atividades lúdicas e recreativas, nomeadamente os grupos culturais e desportivos da nossa casa, que permitam o escape e o descanso necessários à manutenção de uma boa saúde mental.

• Ação social direta

Um dos principais ramos de ação da ASE, é a atribuição de bolsas e outros complementos que forneçam aos estudantes a ajuda necessária para fazer frente às enormes despesas que a educação acarreta. No entanto, a atribuição das bolsas é, muitas vezes, um processo moroso e demorado, que obriga as famílias a suportarem os custos enquanto a bolsa não é atribuída, para não falar que se trata de um processo muito complexo e burocrático, com critérios questionáveis, que excluem muitos estudantes que precisam da bolsa.

Além disto, o nível de créditos mínimos para manter a bolsa, prejudica não só os estudantes que troquem de curso, mas também todos aqueles que por fatores externos, como a saúde mental, não conseguiram ter o aproveitamento desejado, empurrando aqueles que dependem da bolsa para estudar, para fora do ensino superior, o que é profundamente lamentável.

Recentemente, os critérios para a atribuição da bolsa foram alargados, e apesar de positiva, esta mudança é insuficiente, sendo necessário e urgente o seu alargamento ir mais longe, desde já com o fim do patamar mínimo de rendimentos, assim como o reforço do seu valor, que tem de acompanhar as crescentemente precárias condições financeiras das famílias.

Ademais, a bolsa para ser verdadeiramente eficaz, tem de ser acompanhada dos restantes complementos definidos pelo RABEES. Com efeito, dadas as insuficiências de alojamento estudantil que empurra os alunos para os preços crescentes e elevadíssimos do alojamento privado, o Complemento de Alojamento é mais importante do que nunca, apesar, de muitos estudantes serem forçados a pagar habitação sem recibo, o que os exclui imediatamente desta ajuda e aumenta a sua vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, o Complemento para Transporte e o Complemento para a mobilidade, devem ser reforçados e ter os seus critérios de atribuição alargados. Esta necessidade afirma-se quando analisados os custos

decorrentes dos transportes, ainda não assegurados pelas câmaras como consideramos essencial, que sofreram um violento aumento nos fornecedores privados nestes últimos anos.

Há uma alternativa, e por isso defendemos:

- O reforço da ação social, com contratação de mais trabalhadores, para reduzir a demora que se verifica na atribuição da bolsa;
- A simplificação do processo de atribuição e o alargamento de critérios;
- O fim da perda imediata da bolsa, após não cumprimento da meta de aproveitamento;
- Reforço dos complementos e criação de um manual disponibilizado aos estudantes que os informe sobre os seus direitos e sobre as ajudas às quais têm acesso.

• Transportes

As debilidades do alojamento estudantil, a sua insuficiência, e os preços pagos no privado, fazem com que muitos estudantes sejam forçados a deslocar-se diariamente, do seu lugar de residência para a universidade. Daí urge a reivindicação de uma rede de transportes completa e eficaz que supra as necessidades dos estudantes, sem esvaziar os seus bolsos e sem os sobrecarregar de encargos.

A verdade é que a câmara de Guimarães e a CIM do Ave ofereceram, a partir de 2022, um passe mensal gratuito para estudantes até 23 anos, o que é de facto muito positivo, mas a prioridade que assumimos é, sem dúvida, a sua expansão. Além disso, o facto de a AAUMinho fornecer transporte entre os campi, é visto com muitos bons olhos, mas consideramos que este fornecimento deve, sim, ser assegurado pelos órgãos de poder. Conquanto, mesmo nos casos referidos, mantém-se a insuficiência dos transportes, que enchem e deixam alunos nas paragens de autocarro, obrigando-os a apanhar o autocarro seguinte e a chegarem atrasados mais de uma hora às aulas, ou mesmo obrigando-os a faltar.

Ao mesmo tempo, a não existência de uma modalidade que una as diferentes áreas do distrito força, muitas vezes, os alunos a adquirirem múltiplos passes para se conseguirem deslocar até à universidade, acumulando custos, que lado a lado com os custos da propina, o alojamento e com o deteriorar do poder de compra, estrangulam financeiramente os estudantes e as suas famílias. Esta insuficiência afeta particularmente aqueles que vivem mais afastados das cidades, com uma elevada carência de sistemas de mobilidade, que muitas vezes culminam em tempos de transporte enormes que desgastam os estudantes, dada a evidente dificuldade em aceder a alojamento estudantil público e acessível na área da sua universidade, sendo muitas vezes empurrados para o transporte particular, com os seus evidentes efeitos negativos.

A lista H acredita numa alternativa, que passa pela responsabilização das entidades competentes, da tutela, pela resposta às necessidades de transporte dos estudantes. Com efeito, uma moção pela criação de um único título intermodal de transporte, com mais oferta, mais qualidade, segurança e fiabilidade foi aprovada nas assembleias municipais de Braga,

Guimarães, Famalicão e Fafe, e falta agora a sua concretização. É este o objetivo que assumimos, e, não descurando a resposta imediata à questão do transporte, nos propomos a lutar por, com vista à efetivação do ensino superior, público, gratuito, democrático e de qualidade, pelo qual as nossas políticas se pautam.

III. Departamento de Comunicação

A lista H defende uma política de contacto profundo com os estudantes, uma auscultação constante para criar um ambiente de abertura que envolva os estudantes na academia e, que mostre que a academia lhes pertence, e que eles são, aqui, soberanos. É essencial uma aproximação dos núcleos, mas dada a falta de integração de muitos estudantes nos seus núcleos, e a falta de envolvimento no associativismo de muitos, a comunicação que preconizamos deve, e tem de ir mais longe, não só para dinamizar a comunidade académica, mas também para consciencializar os estudantes dos seus problemas e para mobilizá-los e incluí-los na construção de soluções e na luta pelos seus direitos e reivindicações. Formações e ações de contacto serão essenciais para reforçar o movimento associativo estudantil e para a criação de uma consciência de proatividade e movimento, de ação dentro dos estudantes, precisamente para ajudar a construir as ferramentas que lhes permitirão a sua emancipação e a sua formação integral enquanto indivíduos.

Ao mesmo tempo, pretendemos a construção da unidade dentro da comunidade, ligando os estudantes não só a sua associação, mas uns aos outros, fomentando a democraticidade dentro da universidade e o bom ambiente na academia minhota. Para tal, a lista H considera prioritário a realização de ações de contacto com os estudantes e formações e palestras com os mesmos, bem como, a realização de reuniões e encontros com a vasta multitude de grupos formais e informais, núcleos, praxes, tunas e restantes grupos culturais e artísticos, sempre na prossecução do claro objetivo de aproximação e de envolvimento.

A dimensão particular das reivindicações e do projeto alternativo e ambicioso que representamos, exigem, além da comunicação com os estudantes, a comunicação e cooperação com entidades externas e parceiros fulcrais para construirmos, em conjunto com a comunidade académica o ensino superior, público, gratuito, democrático e de qualidade que a Constituição projeta. Assumimos o nosso compromisso em dialogar e levar os interesses dos estudantes aos órgãos de poder local, regional e central, sempre na busca da concretização do projeto alternativo que projetamos para a academia. Destarte, a luta não se pode ficar pela secretária e o nosso foco será sempre a organização e comunicação com os estudantes.

Há uma alternativa!

IV. Departamento Pedagógico

A lista H considera que, pela sua natureza estrutural, a vertente pedagógica da academia encerra, em si, impactos muito fortes no funcionamento da academia e no bem-estar dos estudantes.

O processo de Bolonha, além de acabar com os mestrados integrados, condensou bastante os conteúdos lecionados, aumentando a sobrecarga sobre os alunos - um fator diretamente relacionado com os sintomas de *burnout* e com a deterioração da sua saúde mental - e diminuindo a dimensão da formação oferecida, com redução do tempo livre que por si, inviabiliza as oportunidades de formação integral do indivíduo, reduzindo as aprendizagens à mera consonância com os planos letivos definidos, aprendizagens estas não raras vezes desadequadas e, ainda por cima, dificultadas pela falta de acessibilidade a materiais de apoio e a bibliografias, a preços incomportáveis para uma grande parte dos estudantes.

Ademais, o modelo de ensino tem-se mantido excessivamente estático, e a valorização da avaliação contínua é diminuta, dando-se ainda, demasiado ênfase aos exames globais que sobrecarregam os estudantes em períodos letivos condensados, dificultando a conciliação do estudo com a vida pessoal, que fica hipotecada.

Ademais, o acesso a melhorias de nota é barrado por taxas que discriminam socioeconomicamente os alunos, e isso é para nós totalmente inaceitável e tem de terminar.

Há necessidade de uma política alternativa, e a lista H apresenta-a:

- Valorizar a avaliação contínua e defender o fim dos exames globais,
- Lutar pela modernização da componente pedagógica, com valorização das atividades extracurriculares e outras atividades que desenvolvam as competências dos estudantes;
- Fim das taxas e emolumentos, incluindo das melhorias, tornando-as acessíveis a todos os estudantes, sempre com o objetivo de valorizar a avaliação contínua;
- Lutar pelo fim do Processo de Bolonha, garantindo que os cursos têm uma duração e programa letivo adequado.

• **Estudantes de doutoramento**

Os estudantes do terceiro ciclo acarretam com muitos dos mesmos problemas que os restantes estudantes, mas a natureza material do regime que os abrange revela uma nova série de insuficiências, de injustiças que torna a sua situação particularmente terrível.

Desde já, a propina imposta a estes estudantes ronda geralmente os 2750 euros anuais, um valor absurdamente elevado que faz com que a frequência deste ciclo por alunos sem as condições para gastar 275 euros por mês, só em propina, desconsiderando todas as outras despesas, vejam o seu acesso ao mais elevado grau de educação dependente do recebimento de Bolsas de Projetos ou de Bolsas de FCT.

Fica aqui patente que a atribuição destas bolsas nunca é certa, o que faz com que os doutorandos não consigam ter quaisquer perspetivas de estabilidade financeira e profissional, mantendo-se num permanente estado de imutabilidade.

A verdade é que, os estudantes de doutoramento, pelo papel que desempenham na investigação, no avanço científico e tecnológico, nas mais variadas áreas de estudo, no progresso do País, através do trabalho que dedicam à sua área, tendo em conta que desempenham a mesma função que um investigador inserido na carreira, são acima de tudo trabalhadores e devem ser considerados como tal. As FCT não estabelecem férias e a natureza do trabalho realizado coloca aos investigadores enormes quantidades de trabalho, que resultam, não raras vezes, numa estrutural desregulação das suas vidas. A somar a este contexto lamentável, os investigadores estão ainda sujeitos à obrigação de pagarem emolumentos para entregarem e defenderem a sua tese, emolumentos estes que, na Uminho, chegam facilmente aos 400 euros.

Como tal não faz sentido que o Estatuto de Bolseiro Investigação, e as imensas restrições das FCT, os mantenham neste limbo negando-lhes os seus devidos direitos e valorização pelo papel crucial que desempenham na sociedade. É, pois, urgente a revogação do Estatuto de Bolseiro de Investigação, a regularização dos contratos de trabalho precários e a termo e a substituição das bolsas por contratos de trabalho efetivos, dignificando o trabalho dos trabalhadores científicos e conferindo-lhes os direitos que eles merecem: estabilidade, férias, segurança social, 13º e 14º mês.

V. Departamento de Inclusão, Saúde e Bem-estar

Ambicionamos uma Universidade mais aberta e inclusiva, que respeite os valores da Constituição da República Portuguesa e que seja capaz de assegurar o respeito pela individualidade de cada um.

Com base, no artigo 13º da CRP, defendemos fortemente o respeito pelo princípio da igualdade e a não discriminação de nenhum estudante, independentemente do seu sexo, nacionalidade, orientação sexual, aparência física e condição socioeconómico.

Com efeito, este departamento tem a missão de assegurar o bem-estar de todos os estudantes, facilitando a sua integração - ponto particularmente importante para os particularmente vulneráveis, como os estudantes internacionais e estudantes com necessidades especiais- assim como o respeito pela diversidade, em sentido amplo, dando todo o apoio necessário aos estudantes, para que se sintam integrados e bem, dentro da academia. Atividades de esclarecimento dedicadas à multiculturalidade, à diversidade de orientação sexual e de género, sempre com respeito pelo princípio da Dignidade da Pessoa Humana, preconizando atividades que estimulem a saúde e o conhecimento e informação sobre a mesma - com evidente foco na saúde mental - realizando, também, check-ups médicos, dádivas de sangue e testagem a DST são parte da linha de ação que a Lista H propõe.

Preconizando um ensino de qualidade, consideramos fulcral esta atenção para com a saúde dos estudantes e consideramos fulcral políticas de saúde pública e de

sensibilização e informação, com vista a assegurar o respeito pela diversidade e individualidade de cada um.

- **Estudantes Internacionais**

Como afirmado, os estudantes internacionais estão particularmente vulneráveis, pagam propinas excessivamente elevadas - a rondar os 5000 euros anuais - não são abrangidos pela Ação Social Direta, estando impedidos de aceder a bolsas da DGES ou aos complementos. Estatutariamente as suas garantias e direitos são diminutos, para não falar, das inerentes dificuldades que o choque cultural e linguístico representa para os mesmos, acoplado das evidentes dificuldades de integração numa realidade desconhecida.

Isto estabelece um regime discriminatório e não confere quaisquer tipos de proteção a estes estudantes. Deste modo, a lista H considera urgente e necessário quebrar com esta direção e, junto dos núcleos e secções, procurar a máxima aproximação destes estudantes à associação académica e entre os mesmos, cujos problemas são partilhados e graves, devendo ser resolvidos o mais urgentemente possível.

Preconizamos a dinamização de grupos de socialização e confraternização destes estudantes com outros estudantes internacionais e com os restantes membros da comunidade académica, assim como de eventos que promovam a multiculturalidade, que celebrem a diversidade cultural e as diferentes idiossincrasias de cada cultura, sempre com a visão de construir uma comunidade académica mais inclusiva, aberta e democrática, que promova o espírito de amizade e cooperação entre estudantes, pessoas e povos.

- **Estudantes com necessidades especiais**

Urge criar uma universidade verdadeiramente inclusiva. Com efeito, no nosso espaço académico, os estudantes com necessidades educativas especiais (NEE) são vítimas de um particular apagamento da sua proteção, abandonados pelas entidades responsáveis que deveriam lutar pela sua integração total na academia. A constituição é clara “Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino” é uma necessidade que a democracia e a justiça exigem.

Destarte, evidencia-se um panorama estrutural de exclusão dos estudantes com necessidades especiais nos recintos universitários e residenciais. No concreto, a estes estudantes faltam os materiais de estudo que as suas condições exigem, a disponibilização de materiais de estudo adequados às suas necessidades, como por exemplo vídeo-aulas, lupas e outros equipamentos, faltam quartos nas residências adequados à mobilidade condicionada - neste momento na residência de Santa Tecla existem apenas 4 quartos que reúnem estas condições - faltam condições materiais e infraestruturais na universidade que não acentuem as debilidades destes estudantes, sejam elas audiovisuais, motoras ou de outro tipo, e que não dificultem a sua locomoção aos principais pontos da academia, como as salas de aula ou a cantina (que em si carecem de meios de apoio à locomoção), onde podem ter acesso à refeição social.

A verdade é que, os estudantes com necessidades especiais no Minho são negligenciados pelas instâncias que lhes deviam assegurar a devida dignidade e, à falta de condições dignas de vida no quotidiano referidas anteriormente, acrescenta-se, de mãos dadas, uma constante e perpétua falta de resposta por parte das entidades administrativas e gabinetes de apoio destinados à efetivação de medidas que permitam a concretização do direito básico consagrado no artigo 74º da CRP, mais concretamente no nº2, alínea g. Este quadro é fortemente influenciado pelo desinvestimento nas IES e na ASE, que resultam numa insuficiência basilar de recursos humanos. Derivado deste facto, a própria atribuição dos estatutos a estes alunos é acompanhada de uma burocracia exaustiva, que torna o processo lento, moroso e obscuro, tendo ainda uma enorme dificuldade da sua aplicação prática decorrente da falta de articulação dos órgãos de inclusão com o corpo docente.

Há uma alternativa, e esta deve ser concretizada através da efetivação de mais profissionais nas áreas dos recursos humanos e da coordenação (junto dos órgãos competentes a tal) no âmbito de estabelecer uma política mais inclusiva e acolhedora, assim como com a luta pelo reforço do financiamento na Ação Social Escolar para que se viabilize o acesso dos estudantes com NEE aos seus devidos direitos.

VI. Associativismo

A lista H defende intransigentemente todos os valores do associativismo juvenil, e todas as instituições democráticas e de unidade da academia. O associativismo representa, para nós, a verdadeira essência da juventude, a luta conjunta, constante e insurreta pela melhoria das suas condições, a ação e organização em torno de questões essenciais à vida de cada um e de todos. Cada núcleo, secção e delegação constitui uma peça essencial na universidade democrática que pretendemos, e como tal, o contacto com estes órgãos é essencial e prioritário. São estas estruturas que facilitam o debate dentro da academia e ao mesmo tempo desempenham um papel fulcral da criação de um ambiente de curso, e de universidade, saudável, dado o seu papel na integração dos alunos e na dinamização de atividades que salvam a academia do mero academicismo. Conquanto, pela sua ordem natural de funcionamento, estes órgãos precisam evidentemente de financiamento, que, atualmente é escasso, o que representa um grave entrave ao bem-estar dos núcleos, pelo que nos propomos a lutar constantemente pelo aumento do seu financiamento junto das entidades públicas responsáveis por apoiar a voz dos estudantes e dos jovens e, simultaneamente, organizar a Feira de Núcleos.

As máximas pelas quais nos pautamos aplicam-se também às relações com entidades externas e outras academias. Com efeito, consideramos que dada a multitudine de problemas e de interesses partilhados pelas diferentes academias do país, o caminho para a resolução destas questões prende-se com a luta em unidade e com a discussão com vista à procura de soluções conjuntas, imprimidas de uma maior força pela colossal massa estudantil que todas as academias e associações de estudantes do país representam. Deste modo, é com desagrado que vimos a saída da AAUMinho do Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) o maior e mais participado espaço de discussão a nível nacional, em que participam Associações de Estudantes das Universidades, Politécnicos e ensino privado. Acreditamos que a justificação para

Programa Eleitoral – Lista H

o abandono deste espaço é fraca, a premissa de que a AAUMinho deve ter mais votos do que outras associações é totalmente desenquadrada do propósito do ENDA enquanto um espaço de debate não vinculativo, de igual para igual, entre todas as associações de estudantes do país, e que advém de uma motivação de protagonismo e divisionismo do Movimento Associativo Estudantil (MAE). consideramos fulcral o regresso ao ENDA, como forma de fortalecer o MAE, devendo a AAUMinho assumir o papel de não só levar os problemas dos seus estudantes à discussão, mas também de mobilizar os restantes membros para a luta conjunta pelos direitos dos estudantes.

VII. Departamento desportivo

A prática desportiva é um elemento necessário para uma vida equilibrada e saudável, dando aos estudantes um espaço de abstração que fomenta tanto o seu bem-estar físico como mental, e que permite o contacto entre os estudantes, tendo uma forte componente social.

Desta forma, reivindicamos a democratização da prática desportiva, acreditando que os benefícios que tal atividade traz, não devem ser barrados àqueles que não têm condições económicas para suportar os seus custos, especialmente tendo em conta todos os elevados custos que já pavimentam a vida de um estudante e que já foram descritos em pontos anteriores. Com efeito, têm-se dados passos atrás no caminho para um desporto acessível a todos, com o recente aumento dos preços praticados na oferta desportiva universitária e, como tal, dispomo-nos desde já a lutar para o retrocesso do incremento verificado e para batalhar para que o desporto seja um serviço acessível a todos os estudantes, precisamente tendo em conta todas as vantagens que isto pode trazer para a materialização de uma academia mais saudável e unida.

Há, ainda, que velar pela integridade das condições materiais e dos equipamentos requeridos, para que o exercício possa ser realizado sem constrangimentos e de forma adequada.

Ao mesmo tempo, a Lista H aprecia valorosamente aquele que tem sido o percurso de excelência dos atletas da UMinho e o sucesso que estes têm obtido dentro do desporto universitário. Como tal, assumimos o compromisso de apoiar estes estudantes ao máximo, de articular de forma muito próxima com os mesmos para ajudar a colmatar as condicionantes inerentes à prática de desporto de competição, sempre trabalhando para desenvolver o Estatuto de Praticante de Desporto de Alto Rendimento, de forma, a assegurar-lhes a maior proteção possível. Não é de descurar a evidente pressão elevada que recai sobre estes estudantes, nem a elevada carga advinda da conjugação de estudo com o desporto competitivo, pelo que é fulcral acompanhar o estado da sua saúde mental e materializar e as reivindicações dispostas na política educativa quanto à urgência e necessidade da contratação de mais psicólogos.

Ademais, consideramos crucial que seja feito um esforço para incluir a atividade desportiva nas iniciativas de comunicação, de modo a promover fortemente o desporto, valorizando os atletas das diferentes modalidades da universidade e incentivando a sua prática.

VIII. Departamento cultural

Integrado no garante de qualidade do ES, a fruição cultural e democraticidade no acesso à mesma são essenciais para a academia e para os seus estudantes.

A cultura é um mecanismo essencial para a aquisição de competências transversais, para uma formação integral dos indivíduos e para a sua emancipação. Deste modo, todas as diferentes estruturas da academia que dinamizam esta área - grupos culturais, núcleos e secções, a praxe, as festas académicas e outros - devem ser profundamente apoiadas e incentivadas, dando espaço para o desenvolvimento da oferta cultural aos alunos, sempre com vista a proporcionar aos estudantes um acesso recreativo, com profunda importância, ainda mais pelas insuficiências da sua disponibilização na restante sociedade civil, onde a cultura é fracamente apoiada.

Desta forma, consideramos fulcral dar as condições necessárias para o correto funcionamento das tunas, procurando consagrar-lhes o devido espaço de ensaio - que neste momento não reúne as condições necessárias - para poderem realizarem as suas iniciativas e os eventos dentro da academia e para exporem a beleza da tradição académica à restante comunidade estudantil, procurando, também, facilitar a criação de novas tunas e grupos culturais, sempre na perspectiva de consumir um acesso universal, enquanto direito de cada aluno, à cultura e à atividade artística e recreativa.

Já foi observado que os núcleos não recebem o devido financiamento, pelo que, dentro do âmbito cultural, propomos a criação de um evento, uma feira de núcleos, que lhes dê um espaço para angariação de fundos e para se resolver algumas das já patentes insuficiências. De facto, este evento criaria também um espaço ímpar de convívio entre os estudantes, um espaço de aproximação entre toda a comunidade, unida pelo incrível convívio e ambiente da tradição minhota.

Este projeto é muito desenvolvido na ótica de um enorme respeito pelo projeto que a Constituição prevê para a Educação e para o Ensino Superior. Desta forma, faz todo o sentido relembrar e comemorar a importância do 25 de Abril, em particular num quadro em que a Revolução celebra 50 anos, para a construção de um novo ensino e para o rompimento com a educação do fascismo, anti-democrática, repressiva e elitista. Por isso, a Lista H considera fulcral a participação da Associação Académica e dos estudantes da academia minhota nas comemorações populares do 25 de Abril, com dinamização de conferências, debates e exposições sobre o processo de derrubamento do fascismo em Portugal.

Muito importante para a vitória da Democracia em Portugal foi a luta dos estudantes de 1962, que culminou numa crise académica onde o poder da massa estudantil desafiou a mão de ferro do despotismo salazarista e procurou iluminar o caminho para um Ensino Superior público, gratuito, democrático e de qualidade, marcando o dia do 24 de março como o Dia Nacional do Estudante e como um monumento da força dos estudantes unidos por uma causa. Como tal, consideramos que este dia merece a devida homenagem e que a associação académica deve realizar uma grande luta no mesmo dia para que diacronicamente o mesmo espírito que vigorava em '62 seja transportado para a luta e resolução dos atuais problemas do Ensino Superior.

A lista H vê enormes potencialidades no Enterro da Gata, como um espaço único e particular de exposição cultural, convívio e festa. No entanto, consideramos que devido ao seu caráter cultural, os cartazes da festa académica deveriam ser mais variados, com uma escolha de artistas mais diversa, em que também se desse mais palco a artistas de menor dimensão e artistas que frequentam a academia minhota, com o objetivo de lhes dar a exposição que eles merecem e precisam para avançarem

Programa Eleitoral – Lista H

numa conjuntura na qual, como previamente definido, a cultura não tem o devido investimento.